

CÂMARA MUNICIPAL

DE

Monchique

TEXTO DEFINITIVO

ACTA N.º 26 / 2005

DA REUNIÃO Extra ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE Dezembro DE 2005.

(Contém 10 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

Presidente Carlos Alberto dos Santos Tuta

Vereador António Manuel Moreira da Silva Mira (Vice-Presid.)

Vereador Carlos Henrique Correia Alves

Vereador António José de Jesus dos Santos Francisco

Vereador Rui Patrício dos Ramos Andrez

Vereador _____

Vereador _____

Vereador _____

Vereador _____

Vereador _____

FALTARAM OS SEGUINTE:

Presidente _____

Vereador _____

Vereador _____

Vereador _____

ACTA DA REUNIÃO DE 22 / 12 / 2005

ACTA N.º 26 /2005

-----Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco, nesta Vila de Monchique, no Edifício dos Paços do Concelho e sala das reuniões, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Carlos Alberto dos Santos Tuta, com a presença dos senhores Vereadores:-----

-----▪ António Manuel Moreira da Silva Mira;-----

-----▪ Carlos Henrique Correia Alves;-----

-----▪ António José de Jesus dos Santos Francisco;-----

-----▪ Rui Patrício dos Ramos Andrez.-----

-----Com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:-----

-----Ponto Único: **Discussão e aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano económico de dois mil e seis.**-----

-----A reunião foi secretariada por Victor Manuel dos Santos Correia, Assistente Administrativo Principal do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Monchique.--

-----E sendo dezoito horas e vinte minutos, o Excelentíssimo Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**PONTO UM – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO ECONÓMICO DE DOIS MIL E SEIS**:-----

-----O senhor Presidente introduziu o ponto.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente questionou se os senhores Vereadores tinham algumas informações a prestar ou a solicitar ao Executivo, ao que todos os presentes manifestaram interesse em intervir.-----

-----Interveio o senhor Vereador Carlos Henrique solicitando esclarecimentos sobre os documentos em apreciação. Referindo que nunca se tinha debruçado muito em detalhe sobre as questões do orçamento, questionou: se a elaboração daquele

instrumento era da responsabilidade do Presidente da Câmara; se a elaboração das alterações que eventualmente pudessem ocorrer, por necessidade de cabimentação de verbas, por ter acontecido qualquer coisa fora do previsto, se também era da responsabilidade do Presidente; e se qualquer membro da Câmara, motivado por questões de opção política, podia fazer propostas de alteração ao orçamento.-----

-----O senhor Presidente, Carlos Tuta, dizendo que a elaboração dos documentos previsionais era da sua responsabilidade, assim como as suas alterações, não obstante o facto das propostas de alteração poderem ser apresentadas por qualquer outro membro do Executivo, explanou a metodologia da elaboração, apresentação e aprovação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento e das respectivas eventuais alterações.-----

-----O senhor Vice-Presidente, António Mira relevou que depois de aprovadas as Grandes Opções do Plano e a Proposta do Orçamento, e pelo facto de serem documentos previsionais, ao longo do ano poderia verificar-se a necessidade de se reforçar algumas rubricas por contrapartida de outras em que a despesa se mostrasse menor do que aquilo que tinha sido previsto. Acrescentou que, nesse caso, seria efectuada uma mera alteração orçamental, só ao Orçamento ou, também, ao Plano. Referiu que aquelas alterações, por força das competências delegadas, eram da competência do senhor Presidente da Câmara que das mesmas daria conhecimento ao Executivo Municipal na reunião seguinte. Aditou que, havendo necessidade de inscrever uma nova rubrica no Plano ou no Orçamento teria de se promover uma Revisão ao documento em causa, a qual teria que ser aprovada pela Câmara e pela Assembleia Municipal.-----

-----O senhor Vereador Carlos Henrique Alves questionou se se podia reduzir verbas orçamentadas em despesas correntes para cabimentar em despesas de capital e se isso era uma alteração.-----

-----O senhor Vice-Presidente respondeu afirmativamente.-----

-----Interveio o senhor Vereador António José Santos alegando que o tempo para analisar as Grandes Opções do Plano e a Proposta do Orçamento tinha sido muito reduzido, considerando que aqueles podiam ter sido entregues com mais antecedência

permitindo uma análise mais cuidadosa. Disse que as Grandes Opções do Plano, na sua maior parte, eram projectos, e, no seu entender, mais uma vez, o Orçamento não previa uma estratégia de desenvolvimento e fixação de pessoas em Monchique. Aditou que via inscrita no documento uma situação que enfocava, pelo facto de achar que todos os munícipes deviam ter o mesmo tratamento; aprofundou, dizendo que estava contemplada no orçamento uma verba de trezentos mil euros para reparação de habitação social em Monchique; disse julgar tratar-se da Urbanização de São Roque. Sobre tal, referiu que as pessoas que lá residiam tinham comprado as casas há uma série de anos e que, se ia haver uma intervenção nas casas, ao nível das pinturas e das coberturas, em sua opinião não era justo, uma vez que outros munícipes que residiam noutras áreas do concelho, também proprietários de casas que necessitavam de uma intervenção, não tinham aquele apoio.-----

-----Interveio o senhor Vereador Rui Andrez dizendo que corroborava com a opinião do senhor Vereador António José Santos. Continuando, disse que apesar de não o surpreender, contestava o facto de, em campanha eleitoral, não se ter dito a verdade aos munícipes. Prosseguiu, referindo que desde que acompanha o Orçamento há uma série de rubricas que se mantêm de anos para anos e que as obras nunca foram feitas por várias razões. Aditou, a título de exemplo, que uma dessas obras, que considerava emblemática, era o Parque Empresarial de Monchique. Referiu que durante a campanha eleitoral várias pessoas receberam informação sobre o projecto ou anteprojecto daquele equipamento e que o mesmo em breve seria uma realidade. Acrescentou que, no Orçamento para dois mil e seis estava cabimentada uma verba apenas para aquisição de terrenos. Disse que se aquilo fosse executado, seria óptimo, mas que aquela rubrica manifestava falta de transparência nas propostas apresentadas em campanha. Continuou, referindo que o documento apresentava muitos projectos, nomeadamente para o Colégio de Santa Catarina. Disse não ter ainda percebido o que ali seria construído, se os Paços do Município, se uma Biblioteca, se um Auditório, e que a verba de cinquenta mil euros era, em seu entender, insuficiente. Considerou que tinha condições para ser um projecto âncora no centro da Vila, nomeadamente uma Pousada de Juventude e um Centro de Formação Técnico-Profissional, podendo

ter outras valências de um espaço cultural, podendo trazer outro dinamismo. Relativamente à habitação lamentou que o documento não identificava a localização em que se pretendia construir os respectivos fogos e que, em sua opinião, devia ficar bem expesso o que se referia a Alferce, Marmete e Monchique. Acrescentou que para o Parque de Exposições e Feiras continuava a ser inscrita verba para projecto, o que fazia pressupor que se iria continuar a alugar uma tenda para as feiras dos enchidos e do presunto. Em seu entender, deviam ser criadas condições para ser construída uma infra-estrutura. Concluindo, disse que deviam haver menos projectos mas que fossem realmente concretizados. Em suma, referiu que transparecia não haver uma estratégia; que se abriam várias rubricas; que se faziam muitos projectos que depois avançavam de acordo com factores externos, nomeadamente apoios financeiros comunitários. Referiu o Parque de estacionamento de São Sebastião como exemplo de execução de obras motivadas por factores externos, o qual teve um financiamento significativo, mas com o custo suportado pela Câmara Municipal daria para se ter arranjado o espaço à superfície e se ter criado lugares de estacionamento. Considerou que deviam haver projectos estruturantes e que houvesse sinais de serem executados e concluídos, a saber: Parque de Exposições e Feiras, Parque Empresarial de Monchique, Colégio de Santa Catarina, Convento da Nossa Senhora do Desterro.-----

-----Interveio o senhor Vice-Presidente António Mira considerando que os instrumentos previsionais apresentados e colocados à discussão continham as opções económicas dentro das verbas disponíveis conjugadas com as opções políticas dentro do programa eleitoral que o Partido Socialista tinha apresentado ao eleitorado, disse esperar que fosse possível concretizar as acções previstas no Plano.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara dizendo que o Orçamento em discussão ia obrigá-lo a um rigor acrescido, em termos de arrecadação de receita, de execução de despesa corrente, e de uma colaboração de forças entre os compromissos assumidos e obras a executar, assim como a abertura de novos procedimentos. Em resposta às questões colocadas ou considerações apresentadas, disse que não enganou ninguém aquando da campanha eleitoral, nomeadamente no que se referia ao Parque de

Empresarial, na medida em que tinha sido transmitido que se tinha um projecto a ser desenvolvido. Considerou não se ter tratado de campanha eleitoral, pois tinha sido um mero procedimento administrativo dentro das competências do Presidente da Câmara. Aditou que o projecto estava a ser concluído e pronto para ser co-financiado pelos fundos do próximo Quadro Comunitário de Apoio, sendo certo que as infra-estruturas municipais teriam de estar a ser executadas no próximo ano. Disse ainda que, quando a rubrica que se referia à aquisição de terrenos tinha que ver com o aumento da capacidade do Parque Empresarial. No que se refere ao Colégio de Santa Catarina, disse concordar tratar-se de um projecto âncora, porém, pelo facto de não haver dinheiro para avançar de imediato com a sua execução, ia proceder-se à elaboração do projecto para Centro Cultural, incluindo Biblioteca. Referiu estar em completo desacordo que se construísse uma pousada de juventude dentro da vila. Aditou que essa acção era da responsabilidade da Administração Central, através da Movijovem. Disse, entender que na Mata Porcas ou no Barranco do Preto, onde o Município tinha prédios urbanos, seria mais adequada a criação de um espaço do género integrando-o no âmbito do Bio-Parque. No que concerne ao Parque de Exposições e Feiras, referiu que a prioridade definida pelo Executivo era prosseguir as obras em curso, exercendo os compromissos assumidos, com pagamentos regulares a empreiteiros e fornecedores e que, por força disso e por falta de recursos próprios suficientes, outros projectos tinham de ser enquadrados no próximo quadro comunitário de apoio. Disse que este equipamento era disso um exemplo. Concluindo, disse que haver uma estratégia condutora que foi apresentada no programa eleitoral votado maioritariamente pela população. Acrescentou ainda relativamente ao Parque de Estacionamento de São Sebastião que este tinha sido uma acção objecto de candidatura a fundos comunitários, que tinha levado muito tempo a ser aprovada. Aditou que a iniciativa da Câmara Municipal advinha de um estudo efectuado em mil novecentos e noventa e cinco, promovido pela Direcção Geral de Turismo, que apontava o estacionamento como um efectivo problema em Monchique. Relevou elevada ocupação do parque o que, em sua opinião, demonstrava que o estudo e a obra tinham sido pertinentes. Aditou que o equipamento se estava a

ACTA DA REUNIÃO DE 22 / 12 / 2005

revelar um sucesso e que, por isso, era um engulho para a oposição.-----

-----O senhor Vereador Rui Andrez questionou se a participação do Município tinha chegado a quinhentos mil euros.-----

-----O senhor Presidente disse que o projecto tinha custado três milhões de euros, no qual o Município tinha participado apenas com dez por cento.-----

-----O senhor Vereador António José Santos questionou por que é que, sendo um tão grande sucesso como o senhor Presidente fazia crer, só estava a ser utilizada metade do equipamento, ou seja, por que razão a segunda cave não estava a ser utilizada. Referiu ainda que faltava pavimento numa parcela da parte superior.-----

-----O senhor Presidente disse que a utilização do estacionamento e a opção da não ocupação da segunda cave tinha que ver com a gestão do espaço. Quanto à parcela à superfície, disse tratar-se de um pequeno anfiteatro.-----

-----O senhor Vereador António José Santos questionou se aquele espaço era para ficar sem pavimento, ao que o senhor Vereador Carlos Henrique Alves respondeu que era para colocar um pavimento do tipo do utilizado nos parques infantis, esclarecendo que essa intervenção não estava prevista no projecto inicial.-----

-----O senhor Vereador António José Santos disse que era com planos e medidas eleitoralistas do tipo dos documentos que estavam em apreciação que o PS vinha ganhando as eleições, e que, em sua opinião, se devia pensar numa estratégia de desenvolvimento, mais valendo inscrever apenas dois ou três projectos em concreto, no orçamento e plano, para executar realmente, do que ter muitos que figuram nos planos ano após ano.-----

-----Interveio o senhor Vereador Carlos Henrique Alves dizendo que, não querendo opinar sobre a oportunidade da execução de algumas obras que foram promovidas, entendia que o Parque de Estacionamento de São Sebastião era o pior exemplo que se podia dar como má aplicação dos fundos, pois aquele equipamento decorria do Concurso de Ideias para recuperação de centros históricos, promovido pela Direcção Geral do Turismo, ao qual a Câmara Municipal se tinha candidatado. Referiu-se ainda àquele concurso explanando o respectivo processo. Disse ainda que todos os concorrentes no concurso apontavam para aquele espaço o equipamento que lá foi

construído. Aditou que, em alternativa, o que se poderia ter feito era calcetar, ajardinar e criar lugares de estacionamento à vista e à superfície, intervenção que, certamente teria um custo de aproximadamente os trezentos mil euros com que o Município participou no projecto que lá foi construído, que independentemente de se gostar ou não do aspecto, preconizou o arranjo urbanístico do espaço e uma significativa bolsa de estacionamento.-----

-----Interveio ainda o senhor Vereador Rui Andrez dizendo que havia no plano uma série de projectos condicionados por factores externos, e que em tudo o resto tratava-se de gestão corrente com intuits eleitoralistas, como era o caso das acções que eram propostas para aglomerados com muita população. Concluiu, sugerindo que em próximos anos deveria ter-se outra abordagem mais lata e uma outra estratégia, tendo a percepção de que Monchique está integrado num todo.-----

-----O senhor Presidente esclareceu que o financiamento para o parque de estacionamento só podia ser para aquele efeito e que sempre houve estratégia.-----

-----Interveio o senhor Vereador Carlos Henrique Alves referindo que o projecto do Colégio e o do Convento deveriam ser objecto de outras atitudes, considerando que devia haver um pacto de não-ataque porque a opção era a criação de um equipamento de uma ou de outra natureza. Quanto ao financiamento comunitário, na sua opinião, a preocupação deveria residir na preparação e na capacidade de antecipação do Município para que se pudesse ser pioneiros na utilização das verbas, por exemplo no que se referia ao apoio a pequenas actividades económicas que merecerão destaque no próximo quadro comunitário de apoio. Relativamente ao Orçamento e ao Plano disse que necessitará ver mais em detalhe alguns aspectos, até porque entendia que alguns projectos deveriam ser reforçados como contrapartida com outros, nos quais representaria "migalhas". Referiu como exemplos de rubricas a reforçar: o programa FAMA e os apoios a agregados familiares na criação de condições de salubridade nas habitações mitigando a pobreza.-----

-----Interveio ainda o senhor Vereador Rui Andrez dizendo que queria deixar claro que não estava contra por estar contra, e que havia de facto estratégia no plano e no orçamento. Referiu ainda que o senhor Presidente tinha começado por dizer que o

Orçamento obrigava a um grande rigor e que, assim entendia, esse rigor deveria ter existido sempre.-----

-----O senhor Presidente referiu que rigor sempre houve e que quando utilizou essa expressão tinha que ver com o facto de o Município ter por arrecadar uma verba de dois milhões de euros, o que exigia um esforço acrescido.-----

-----O senhor Vereador Rui Andrez disse que também havia verba já arrecadada, como era o caso da que se referia às quatro estradas cujo financiamento tinha sido aprovado em Assembleia Municipal e que duas delas nem sequer estavam iniciadas e, portanto, uma situação compensava a outra.-----

-----O senhor Presidente disse que apenas numa das quatro estradas não se tinham ainda iniciado as respectivas obras.-----

-----O senhor Vereador António José Santos disse que eram duas, a saber: Estrada da Ribeira das Canas e Estrada da Perna da Negra.-----

-----O senhor Presidente disse que a obra da Estrada da Perna da Negra já tinha avançado.-----

-----O senhor António José Santos disse querer consultar o processo referente à obra da estrada da Perna da Negra.-----

-----Não havendo inscrições para intervir na análise do ponto, o senhor Presidente colocou a proposta à votação, tendo a mesmo sido aprovada por maioria com os votos favoráveis do senhor Presidente, Carlos Tuta, do senhor Vice-Presidente, António Mira e do senhor Vereador Carlos Henrique Alves, e com os votos contra dos senhores Vereadores António José Santos e Rui Andrez, aprovar a proposta apresentada.-----

-----Foram efectuadas duas declarações de voto, nos seguintes termos:-----

-----Vereador António José Santos: *«Eu apresento dez razões para votar contra. São dez acções que já fazem parte do Plano e Orçamento desde que iniciei funções na Assembleia Municipal, ano de mil novecentos e noventa e quatro, a saber: Aquisição de terrenos anexos ao campo de futebol – estava cabimentado e só agora creio que*

vai ser consumado; Reparação de sessenta e sete fogos de habitação social na Ceiceira, dez mil contos – voltaram a ser efectuadas reparações há um ano; Reparação de fogos de habitação social em São Roque, sete mil e quinhentos contos – vai agora haver mais uma verba de trezentos mil euros para o mesmo fim; Zona Industrial de Monchique, projecto, cinco mil contos; Aquisição de terrenos para ampliação do cemitério, nove mil contos; Cemitério Municipal, quatro mil contos; Convento, incluindo projecto, cinco mil contos; Construção do novo parque de Exposições e Feiras, primeira fase, trinta mil contos; Construção da Rua Manuel do Nascimento, doze mil contos; e Melhoramento de edifícios Municipais, cinco mil contos. Isto estava já cabimentado em mil novecentos e noventa e quatro e hoje repete-se para dois mil e seis e a maior parte, ou quase tudo, está por fazer. Foram as razões dos nossos votos contra».

-----Vereador Carlos Henrique Alves: «Eu votei a favor do Orçamento, porque é um documento importante para que a Câmara Municipal no ano de dois mil e seis possa executar e ter a sua actividade normal. Votei este documento com responsabilidade. Por isso exijo a mim também muita responsabilidade para no próximo ano o procure acompanhar e propor que a execução dos orçamentos seja feita de modo diferente, para conseguir atingir determinadas metas e para com as migalhas fazer algum aproveitamento para outras áreas. Embora as propostas que tivesse feito na área da cultura, e talvez nenhum orçamento tenha tido tanta verba como este realmente tem, nomeadamente o equipamento para a biblioteca e para a galeria, embora as verbas para a Casa do Povo as julgue um pouco abaixo daquilo que serão necessárias. Irei sugerir outras formas que entendo, caso venha a ter a concordância dos meus colegas, no sentido de que se possa alterar de certa maneira alguma situação que ele não aponte e que venha a apontar. Gostava de dizer que mais vale ter uma estratégia de consolidar para estar preparado para os próximos tempos e que realmente no próximo ano não se venha a ter uma situação de défice como estamos neste momento».

-----O senhor Presidente disse congratular-se com a aprovação das Grandes Opções

ACTA DA REUNIÃO DE 22 / 12 / 2005

do Plano e da Proposta de Orçamento, com a preocupação de rigor que o definiu, e que vem na sequência da sufrágio popular feito pelas eleições de Outubro. Disse que se ia ter um gestão cuidadosa para que os investimentos e as despesas correntes e de capital fossem efectuadas de acordo com a arrecadação da receita. Acrescentou que seria necessário ter uma estratégia no próximo Quadro Estratégico de Referência Nacional e que iria merecer uma adequada discussão e preparação.-----

-----A acta foi aprovada em minuta no que se refere à aprovação da proposta.-----

-----Encerramento: o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, pelas dezanove horas e trinta minutos, e para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por ele e por mim, Victor Manuel dos Santos Correia que a secretariei.-----

-----O Presidente da Câmara

-----O Secretário

